

Num país como o nosso, que só percebe a “economia” e, portanto, o dinheiro e suas materializações, como fábricas, carros, usinas, estradas, sequer chegamos a perceber a enorme influência dessas coisas imateriais como as ideias e os valores sempre associados a elas. Para quem só percebe a “matéria”, visível e tocável com as mãos a nossa frente, essa é a única realidade possível. A realidade não se apresenta como “construída”, ou seja, como uma forma de viver dentre varias outras formas possíveis, mas sim como “dada”, necessariamente a que está aí fora de nós e existe. Deixa-se de perceber, quando se transforma desse modo “cultura” em “natureza”, o principal: que toda a nossa orientação na vida e toda a justificção de nossas ações e comportamentos dependem de “ideias” contingentes e fortuitas, formuladas por outros, e que comandam nossas decisões e julgamentos tanto mais quanto menos temos consciência delas.

Hoje em dia, o mito freyriano da identidade brasileira é parte da alma de todo brasileiro sem exceção, de todos nós que nos imaginamos com a autocomplacência e com a autoindulgência de quem diz: tudo bem, temos lá nossas mazelas, nossos problemas, mas nenhum povo é mais caloroso, simpático e sensual neste planeta. “Isso”, essa deliciosa “fantasia compensatória”, ninguém nos tira. Ainda que nossos graves problemas sociais sejam inofismáveis, temos “vantagens comparativas” em relação a outros povos pela nossa cordialidade, simpatia e calor humano. O corolário do nosso mito da cordialidade é a aversão a toda forma de explicitação de conflito e de crítica. Isso é verdade mesmo em contextos nos quais o conflito e a crítica são as precondições para qualquer ação produtiva como no universo da política e do debate acadêmico e intelectual, conforme veremos em maior detalhe a seguir. Por conta disso nosso debate acadêmico e político é tão pobre e tão pouco crítico. A aversão ao conflito é o núcleo de nossa “identidade nacional”, na medida em que penetrou a alma de cada um de nós de modo afetivo e incondicional. O mito da brasilidade, assim construído, é extremamente eficaz de norte a sul e constitui-se em base indispensável para qualquer discurso sobre o país.

Capítulo 2

SENDO COMUM E JUSTIFICAÇÃO DA DESIGUALDADE

O tema da gênese da identidade nacional peculiar a cada sociedade moderna é fundamental para a compreensão da forma como essa sociedade e seus membros se percebem a si próprios. Tal autocompreensão, por sua vez, é o que permite e explica o desenvolvimento social e político em uma dada direção e não em outra qualquer. É ela que permite explicar por que existem sociedades mais ou menos justas, igualitárias ou liberais. Nesse sentido, o mito de pertencimento nacional faz parte de uma espécie de “núcleo político” do senso comum. O “senso comum” é a forma como as pessoas comuns, ou seja, nós todos, conferimos sentido às nossas vidas e ações cotidianas. Como a enorme maioria das pessoas não é especialista no funcionamento da sociedade, mas necessita conhecer regras básicas de convívio social para levar suas vidas adiante, o “senso comum” preenche precisamente essa lacuna “pragmática”. Existe também a necessidade pragmática de se responder à questão “quem nós somos” “como devemos agir”, “o que caracteriza uma sociedade justa” ou, o que perpassa todas essas questões, “o que singulariza os brasileiros de outros povos”. A importância fundamental dessas questões é tanto existencial, na dimensão individual, quanto política, na dimensão coletiva. Como o indivíduo que se faz esse tipo de pergunta é “brasileiro”, a definição do que é brasilidade faz parte, de modo importante, de sua própria personalidade, seja no âmbito privado ou público.

Mas a “brasilidade” não é a única esfera que define de modo importante a concepção que temos de nós mesmos e dos outros. Existe uma série de características, do “tipo de personalidade” moderno, que não obedecem a fronteiras nacionais e são comuns à época e ao sistema social, político e econômico em que vivemos. Como os requisitos básicos desse sistema se expandiram pelo mundo todo, ainda que a Europa tenha sido seu berço histórico, é importante deixarmos claro quais são essas características e explicar de que modo elas nos fazem o que somos. É nesse contexto que se torna fundamental a questão de se saber se existe uma comunicação adequada entre o conhecimento de “especialistas”, que problematizam os desafios e contradições da vida individual e coletiva, e a massa de pessoas as quais, pela imposição da divisão social do trabalho, não podem dedicar todo o seu tempo a esse tipo de reflexão. Para vários pensadores importantes da modernidade, como os filósofos e sociólogos alemães Jürgen Habermas e Georg Simmel,¹ a existência de um vínculo forte e orgânico entre especialistas (artistas, escritores, pensadores, publicistas, cientistas etc.) e não especialistas é uma das questões fundamentais para a existência efetiva tanto de indivíduos autônomos e que pensam com a própria cabeça, quanto para a existência de uma esfera pública política verdadeiramente democrática.

Essas duas dimensões, a do indivíduo autônomo e a do cidadão, estão intimamente ligadas. Sem indivíduos capazes de discutir e refletir com autonomia não existe democracia verdadeira. Sem práticas institucionais e sociais que estimulem e garantam a possibilidade de crítica e a independência de opinião e de ação, não existem indivíduos livres. O problema é que não é fácil perceber os modos insidiosos pelos quais as práticas dos poderes dominantes constroem a ilusão de liberdade e igualdade. E não há campo melhor para se desconstruir e criticar as ilusões que reproduzem o poder e o privilégio em todas as suas formas que o universo do senso comum.

¹ Ver HABERMAS, Jürgen. *Die Theorie des kommunikativen Handelns*. vol. II. Frankfurt: Suhrkamp, 1986, pp. 489-548; e SIMMEL, Georg. “O conceito e a tragédia da cultura”. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. 2. ed. rev. Brasília: Editora da UnB, 2005, pp. 77-106.

No mundo moderno, cuja legitimidade é baseada na liberdade e igualdade de seus membros, o poder não se manifesta abertamente como no passado. No passado, o pertencimento a família certa e à classe social certa dava a garantia, aceita como tal pelos dominados, de que os privilegios eram “justos” porque espelhavam a “superioridade natural” dos bem-nascidos. No mundo moderno, os privilégios continuam a ser transmitidos por herança familiar e de classe, como veremos adiante, mas sua aceitação depende de que os mesmos “apareçam”, agora, não como atributo de sangue, de herança, de algo fortuito, portanto, mas como produto “natural” do “talento” especial, como “mérito” do indivíduo privilegiado.² Existiria, no mundo moderno, uma “igualdade de oportunidades” que seria a forma de conciliar as demandas da igualdade e liberdade. Os privilegios que resultam disso não seriam “desigualdades fortuitas”, como no passado com a dominância do status de sangue, mas “desigualdades justas” porque decorrentes do esforço e desempenho diferencial do indivíduo.

O que assegura, portanto, a “justiça” e a legitimidade do privilégio moderno é o fato de que ele seja percebido como conquista e esforço individual. Nesse sentido, podemos falar que a ideologia principal do mundo moderno é a “meritocracia”, ou seja, a ilusão, ainda que seja uma ilusão bem fundamentada na propaganda e na indústria cultural, de que os privilégios modernos são “justos”. Sua justiça reside no fato de que “é do interesse de todos” que existam “recompensas” para indivíduos de alto desempenho em funções importantes para a reprodução da sociedade. O “privilégio” individual é legitimado na sociedade moderna e democrática, fundamentada na pressuposição de igualdade e liberdade dos indivíduos, apenas e enquanto exista essa pressuposição.

O ponto principal para que essa ideologia funcione é conseguir separar o indivíduo da sociedade. Nesse sentido, toda determinação social que constrói indivíduos fadados ao sucesso ou ao fracasso tem que ser

² Ninguém melhor do que Pierre Bourdieu chamou atenção da ideologia do mérito como pilar central da legitimação das sociedades modernas. Ver, especialmente, BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp/Zouk, 2007.

cuidadosamente silenciada. É isso que permite que se possa culpar os pobres pelo próprio fracasso. É também o mesmo fato que faz com que todo o processo familiar, privado, invisível e silencioso, que incute no pequeno privilegiado as predisposições e a “economia moral” – o conjunto de predisposições que explicam o comportamento prático de cada um de nós – que leva ao sucesso – disciplina, autocontrole, habilidades sociais etc. –, possa ser “esquecido”. O “esquecimento” do social no individual é o que permite a celebração do mérito individual, que em última análise justifica e legitima todo tipo de privilégio em condições modernas. É esse mesmo “esquecimento”, por outro lado, que permite atribuir “culpa” individual àqueles “azarados” que nasceram em famílias erradas, as quais só reproduzem, em sua imensa maioria, a própria precariedade. Como, no entanto, o social, também nesse caso, é desvinculado do individual, o indivíduo fracassado não é discriminado e humilhado cotidianamente como mero “azarado”, mas como alguém que, por preguiça, inépcia ou maldade, por “culpa”, portanto, “escolheu” o fracasso.

A essa altura alguém pode se perguntar: então a “culpa” é da família pela reprodução da desigualdade, injustiças e privilégios? Tal questão é importante por duas razões. Primeiro, ela permite perceber que qualquer forma de dominação injusta depende do estreitamento do universo reflexivo. Sempre que a reflexividade humana não pode se expandir até a última cadeia causal que explica um fenômeno, este pode ser utilizado para fins de manipulação ideológica. Voltaremos a esse ponto fundamental várias vezes neste livro. Assim, como na ideologia dominante no senso comum só temos “indivíduos” que competem uns com os outros, nosso olhar, o olhar ingênuo e não treinado do senso comum, só consegue perceber a “família” como último elo da cadeia de causas que levam às desigualdades. A família seria o único elemento a ligar o indivíduo solto no mundo a alguma forma de comunidade social.

O que se esquece é que as famílias não possuem, enquanto famílias, nenhuma matriz valorativa própria. Elas buscam a visão de mundo que implementam diariamente em “outro” lugar. Se não fosse assim cada família ensinaria coisas distintas aos filhos, o que, sabemos, não é o caso. Ao contrário, as famílias de uma mesma classe social ensinam coisas muito

semelhantes aos filhos, e é isso que explica que esses filhos de uma mesma classe encontrem amigos, namorados e, depois, esposas e maridos da mesma classe e comecem todo o processo de novo. A “endogenia de classe”, ou seja, o fato de as pessoas, em esmagadora maioria, se casarem dentro de uma mesma classe, mostra, de modo claro e insofismável, que as famílias reproduzem, na verdade, valores de uma classe social específica. O fato de o senso comum nunca perceber a presença das classes e da economia moral que vai determinar o comportamento peculiar de cada classe o que explica precisamente que a “determinação social” dos comportamentos individuais seja sistematicamente escondida e “esquecida”. Como esse aspecto central é deixado às sombras, pode-se culpar “indivíduos” por destinos que eles, na verdade, não escolheram.

Mas o “esquecimento” da “classe social”, como segredo mais bem guardado da ideologia do senso comum, só pode ser adequadamente compreendido se separarmos cuidadosamente o conceito de classe social como fonte de todas as heranças simbólicas, valorativas, morais e existenciais que se passam de pais a filhos por laços de afeto, do conceito meramente econômico de classe como acesso a dada “renda”. Esse tema é de difícil compreensão num mundo e, muito especialmente, num país onde a única linguagem que parece existir é a da economia. Mas se “refletirmos” um pouquinho – afinal, é isso que o senso comum nunca faz – percebemos facilmente que o que os pais transmitem para os filhos de mais importante não é “dinheiro” nem nada que seja comprável apenas com ele.

O que os pais, ou figuras que os substituem, transmite aos filhos, quer tenham consciência disso ou não, é toda uma visão de mundo e de “ser gente” que é peculiar à classe a que pertencem. O que a classe média ensina aos filhos é comer nas horas certas, estudar e fazer os deveres de casa, arrumar o quarto, evitar que os conflitos com amigos cheguem às vias de fato, chegar em casa na hora certa, evitar formas de sexualidade prematuras, saber se portar em ambientes sociais etc. As famílias da classe média ensinam, portanto, os “valores” de uma dada “classe”, que são os valores da autodisciplina, do autocontrole, do pensamento prospectivo, do respeito ao espaço alheio etc. Que esse aprendizado seja “esquecido” ou não tematizado deve-se ao fato de que ele é transmitido afetiva e

silenciosamente no refúgio dos lares. O aprendizado familiar é afetivo, ele só existe porque existe também a dependência e a identificação emotiva e incondicional dos filhos em relação aos pais.

Nos melhores lares da classe média também são ensinadas coisas mais “invisíveis” ainda, e que também não têm relação direta com dinheiro ou renda. Existe um número considerável de famílias da classe média em que as crianças, além de aprenderem “como devem se comportar”, aprendem também que elas são “um fim em si mesmas” porque são amadas de modo incondicional pelos pais. Este último elemento permite acrescentar, além do mecanismo disciplinar indispensável ao sucesso nas condições de trabalho capitalistas, um elemento invisível para muitos, mas fundamental tanto na competição social quanto no desafio de levar uma vida com sentido, que é a “autoconfiança”. A “autoconfiança”, como nos ensina o pensador alemão Axel Honneth,³ é aquele elemento que confere a quem o possui, pelo simples fato de ter sido amado, a certeza do próprio valor, certeza essa que permite encarar derrotas e perdas como fatos transitórios e o enfrentamento de todo tipo de desafio e de dificuldades com confiança e esperança.

Mas esse tipo de aprendizado, e a segunda parte deste livro irá demonstrar esse fato com evidências empíricas insofismáveis, não é universal. As classes baixas no Brasil, ou mais propriamente seu patamar socialmente inferior, ao qual estamos dando o nome provocativo de “ralé”, não possuem, muitas vezes, nem um nem outro tipo de aprendizado. Na imensa maioria dos casos lhes falta, pelo menos, o primeiro deles de modo muito evidente. Algumas vezes, ainda que alguns pais estimulem os filhos a irem escola, os motivos dessa escolha são “cognitivos”, da “boca para fora”, posto que a maior parte desses pais também não foi escola ou não teve nenhuma experiência pessoal de sucesso escolar. Assim sendo, eles não “sabem”, de modo “emotivo” e por experiência própria, os benefícios da vida escolar. Como esses pais, por exemplo, não possuem, como consequência do “fracasso” escolar,

o hábito da leitura eles mesmos, de que vale o estímulo, “da boca para fora”, sem a força do exemplo, para a leitura das crianças?

Em muitas famílias da “ralé” brasileira é comum também a naturalização do estupro. As mulheres, especialmente, são estimuladas – de modos que as pesquisas empíricas da segunda parte deste livro irão mostrar sobejamente – a um início prematuro da vida sexual, permitindo que sejam facilmente instrumentalizadas sexualmente pelos pais, padrastos, tios, irmãos mais velhos etc. Há 60 anos Florestan Fernandes havia detectado o mesmo estado de coisas.⁴ Qual o sentido de autoconfiança que é possível para esses seres humanos que só aprenderam a usar e serem usados? Que tipo de relação consigo mesmos? Que tipo de relação com os “outros”?

É a presença desses dois elementos conjugados, que faltam à “ralé”, que permite às crianças de classe média o acesso às características emocionais e cognitivas que irão, mais tarde, separar aqueles que terão sucesso escolar e, conseqüentemente, sucesso no mercado de trabalho. A “renda” econômica que advém desse sucesso é, portanto, “efeito”, e não “causa” das diferenças entre as classes. A confusão entre efeito e causa, aliás, é o que faz as classes sociais, na sua determinação mais importante, que é não econômica, tornarem-se invisíveis aos olhos do senso comum. E apenas porque as classes se tornam invisíveis é que o senso comum e, como veremos mais tarde, as “ciências” que se constroem a partir delas podem ver o indivíduo e o “mérito” individual como justificativa de todo tipo de privilégio. As classes sociais se reproduzem, portanto, de maneira duplamente invisível: primeiramente porque a construção das distintas capacidades de classe realizada no refúgio dos lares e longe dos olhos do público; depois, invisível ao senso comum, que só atenta para o resultado, apresentado como “milagres do mérito individual”, deixando as precondições sociais e familiares desse “milagre” cuidadosamente fora do debate público.

No caso brasileiro, a justificação da desigualdade pelo “esquecimento” do pertencimento de classe e, portanto, da gênese social das

³ HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

⁴ Ver FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

diferenças individuais que aparecem como atributo (miraculoso) do mérito individual é mil vezes potencializada por uma aliança invisível com o mito da brasilidade. Como vimos acima, o mito da brasilidade tem a ver tanto com a construção de uma ficção de homogeneidade e de unidade entre brasileiros tão desiguais quanto com “horror ao conflito”. É verdade que todo mito nacional tem a ver com reforço de uma unidade real ou imaginária como forma de criar um sentimento de solidariedade do tipo “estamos todos no mesmo barco”. Mas esse sentimento de pertencimento comunitário não precisa demonizar o conflito.

No caso francês, por exemplo, o “imaginário social” desta nação sempre se apoiou numa tradição de “rebelião justa”. O “povo” francês, especialmente os mais pobres, sempre tinha, como ameaça última contra o encarecimento de produtos básicos como o trigo e o pão, por exemplo, a rebelião popular aberta que quase sempre acabava com a intervenção do Rei abaixando os preços.⁵ O “direito” de não “passar fome” faz parte da tradição histórica e nacional francesa e foi um elemento fundamental também na Revolução de 1789. Essa velha tradição certamente, retomada e aprofundada pela solidariedade do moderno movimento dos trabalhadores industriais, foi uma das responsáveis pelo fato de a classe trabalhadora francesa ter sido a mais combativa de toda a Europa durante todo o século 19.⁶ Essa mesma tradição alcança até os dias de hoje, explicando por que a França continua a ser um dos poucos países a oferecer resistência considerável ao sucateamento do Estado social pela onda liberalizante.

O “imaginário brasileiro” e seu horror ao conflito é tão conservador de situações fáticas de dominação injusta quanto a ilusão da “meritocracia”, ou seja, a “ideologia espontânea” do mundo moderno que discutimos acima. A “demonização” do conflito como o “mal” em si não só a melhor maneira de conservar privilégios espúrios, mas, também, a melhor forma de reprimir qualquer forma de aprendizado, seja na dimensão

⁵ Ver TAYLOR, Charles. *Modern social imaginaries*. Durham: Duke University Press, 2004, pp. 113-141.

⁶ Os escritos de Karl Marx sobre a França e suas lutas sociais no século 19 dão amplo testemunho desse fato. Ver MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

individual ou na coletiva. Talvez tenha sido o filósofo alemão Hegel⁷ quem melhor demonstrou a função central do conflito e da contradição para qualquer processo de aprendizado individual ou coletivo.

É o conflito, a luta entre necessidades, interesses ou ideias contraditórias que faz com que o indivíduo possa adquirir e formar uma personalidade própria e singular. É o conflito também que faz com que toda uma sociedade possa perceber e criticar os consensos perversos e desumanos que a perpassam e influenciam a sua história. Sem explicitar conflitos, tanto um indivíduo quanto uma sociedade estão condenados a repetir cegamente convenções e ideologias.

Nesse sentido, o senso comum possui uma face bifronte como o Deus Juno. Por um lado o senso comum nos transmite conhecimentos pragmáticos fundamentais como nos esclarecer sobre como descontar um cheque, pegar um ônibus ou andar no trânsito das grandes cidades. Por outro, reproduz os esquemas do poder dominante, que só podem se perpetuar enquanto tal se as causas da dominação e da desigualdade injustas nunca puderem ser reveladas. Num contexto como o nosso, em que o “mito da brasilidade” duplica e potencializa a repressão de consensos injustos e a perpetuação de privilégios, o processo de aprendizado moral e político, tanto individual quanto coletivo, é dificultado a um nível máximo.

Mas isso não significa uma condenação para a eternidade. Tudo que foi feito pelo homem pode ser desfeito por ele. Começar a perceber as contradições e os conflitos por baixo da superfície de harmonia e de unidade é sempre o melhor caminho para qualquer novo aprendizado. Precisamente contribuir para a explicitação de nossas contradições e conflitos reprimidos é o objetivo maior deste livro. O que pretendemos com nosso esforço é ajudar, ainda que modestamente, a fortalecer a consciência crítica de uma sociedade construída para rejeitar e odiar qualquer crítica.

⁷ Depois de Hegel, uma seleção respeitável de pensadores modernos repuseram a contradição e o conflito como o centro mesmo de suas inovações teóricas, como Nietzsche, Freud, Marx, e, mais tarde, contemporâneos como Bourdieu, Foucault, Honneth. Uma excelente discussão acerca da centralidade do conflito no argumento de Hegel encontra-se no livro de Axel Honneth, *Kampf um Anerkennung* (edição em português com o nome *Luta por reconhecimento*).